

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE GESTÃO EM SAÚDE

**FAMÍLIA E O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA EM PERSPECTIVAS
CULTURAIS**

ISADORA GUTERRES AZEVÊDO MATHIAS

Orientador:

Augusto C.R. Ferreira

Rio de Janeiro
2012

ISADORA GUTERRES AZEVÊDO MATHIAS

**FAMÍLIA E O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA EM PERSPECTIVAS
CULTURAIS**

Trabalho de conclusão do curso técnico de
gestão em saúde pela escola politécnica de
saúde Joaquim Venâncio como pré-requisito
para conclusão.

Orientador:

Augusto C.R. Ferreira

Rio de Janeiro
2012

ISADORA GUTERRES AZEVÊDO MATHIAS

**FAMÍLIA E O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE MODERNA EM PERSPECTIVAS
CULTURAIS**

Trabalho de conclusão do curso técnico de
gestão em saúde pela escola politécnica de
saúde Joaquim Venâncio como pré-requisito
para conclusão.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

(Nome)

(Nome)

(Nome)

*Dedico esse trabalho à minha família
e meus amigos que tanto me ajudaram*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, pelo esforço e dedicação para que eu conseguisse chegar onde cheguei, além do seu amor e apoio. E agradeço também a minha irmã por me aturar, e estar comigo em todos os momentos da minha vida (é você não desgruda de mim). Obrigada! Eu amo vocês.

Agradeço a todos os meus familiares por seu amor, apoio e incentivo. Em especial aos meus tios Elias e Andrea, que tiveram a oportunidade de morar na Índia e me passaram um pouco sobre a cultura do país, despertando o meu interesse para esse trabalho.

Queria agradecer especialmente ao meu orientador Augusto Ferreira (Guto) por todo apoio e dedicação a minha monografia. Além de toda a sua paciência e disponibilidade para me ajudar, sozinho, na elaboração deste trabalho. Eu sou muito agradecida a você. Muito obrigada!

Agradeço a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio pelos três anos que ali passei. Mesmo com todos os problemas, dificuldades, desentendimentos, tenho certeza que levarei comigo muitos momentos de alegria, felicidade e companheirismo. E a turma que não tinha “identidade”, agradeço a companhia de vocês durante esses três anos. Sentirei muita falta de vocês.

Agradeço aos amigos que ali eu conquistei. Espero que essa amizade não termine junto com nosso ensino médio. Agradeço as conversas, sorrisos, abraços e o companheirismo de todos vocês. Valeu galera da janela! (Bruno, Costa, Gabi, Duda, Mayara e Bezerra)

Um agradecimento especial aos meus dois presentes da EPSJV: Nathalia Batalha e Rebecca Leão. Meninas, obrigada por estarem ao meu lado nas melhores lembranças que terei da escola. Sei que tivemos nossas brigas e desentendimentos, mas saibam que vocês estarão sempre comigo, onde quer que a gente esteja. Amo muito vocês. (só uma coisa, devolvam o meu trevo!)

Agradeço também a Isabel Rodrigues, pelo apoio e amizade de sempre, pelas conversas, risadas, brincadeiras... por tudo! E desculpa as vezes que te deixei falando sozinha, eu só tava piscando devagarinho. Se esses três anos de Politécnica não nos separou, acho que nada mais separa. Eu te amo amiga. (Ah, tem que cortar o cabelo da velha... rs)

E finalmente, agradeço a Gabriel Mendonça (namorado) que na fase final me apoiou e incentivou na hora de escrever, quando ele mesmo não conseguia fazer uma página da sua rs. Obrigada lindo!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer um diálogo sobre a concepção de indivíduo nas sociedades indiana e ocidentais, através das ideias dumontianas que são apresentadas por Pedro Agostinho e as de Heinrich Zimmer. O diálogo será subsidiado por outros textos dentro da área social. Secundariamente, estudará o papel da família em sua função formadora do indivíduo, e suas diferenças, de objetivo e função, dentro dessas sociedades.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAPÍTULO 1	12
3 CAPÍTULO 2	18
4 CAPÍTULO 3	24
5 CONCLUSÃO	29
6. REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Ao compararmos a cultura indiana e a Ocidente, nos chama a atenção o fato de que valores tão centrais à nossa, como a individualidade e a liberdade, valores pelos quais somos capazes de pensar em, desde deixar a casa dos pais, até promover revoluções, possam ser tão secundários em outra cultura, na qual aparentemente não há vozes (ou, se há, não possuem força) que se levantem contra o que consideraríamos uma situação de exploração ou de passividade. A situação das mulheres, em termos de direitos e deveres e a situação dos indivíduos pertencentes às castas inferiores, ou ainda, aos sem casta, são exemplos nos quais nós, ocidentais, vemos situações que têm um significado de dominação de uns sobre outros, e que desencadeariam, aqui, ideias ou práticas de revoltas e manifestações, enquanto que na Índia, são tradicionalmente aceitas como situações que conduzem para o melhor resultado possível ao todo social e, portanto, a cada indivíduo que a compõe.

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. (LARAIA, 2001, p.31)

Entendendo-se cultura desta forma, percebemos que os padrões que são transmitidos de geração em geração ajudam na manutenção da sociedade como um todo, principalmente em relação ao sistema de castas, pois adaptam as pessoas as necessidades desse modelo como, por exemplo, a valorização do todo (casta) acima da valorização individual, diferente do que ocorre no Ocidente. Segundo Laraia (2001, p. 32) citando W. Goodenough, cultura é um sistema de conhecimento: “consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade.”

Tal polaridade de valores se reflete dentro das famílias, tanto indianas quanto ocidentais: naquelas, numa maior tolerância às diferenças individuais, e numa convivência mais íntima ou completa entre seus componentes, de várias idades, sem perder-se o respeito pela privacidade (SONAWAT, 2001); nas ocidentais, a valorização do individualismo parece conduzir a uma certa intolerância de convivência com a alteridade, resultando normalmente em rupturas e desintegração familiar.

A valorização do indivíduo frente à sociedade no ocidente é analisada por diferentes autores por diferentes ângulos. Ely Chinoy (1969) aborda o tema de uma forma interessante, que parece se coadunar com a crítica atual ao neoliberalismo:

Já se assinalou, por exemplo, que a cultura norte-americana estimula sentimentos de culpa e autocensura entre os que não logram êxito econômico, porque atribui a cada indivíduo a plena responsabilidade do próprio destino econômico. Tais sentimentos, por sua vez, exercem função social significativa, pois focalizam antes a crítica do indivíduo que das instituições e estruturas sociais que dificultam o sucesso para membros de determinados grupos. (p. 135)

Saraiva (2005) analisa a questão do indivíduo na sociedade contemporânea através dos sinais da supervalorização deste em detrimento da própria cultura, ou da sociedade. O ódio à cultura, às nossas heranças simbólicas, leva também ao ódio aos outros seres humanos – o que parece condizer com sociedades tão individualistas e, ao mesmo tempo, tão consumistas, que “passar por cima dos outros” para obter uma satisfação pessoal seja fato corriqueiro. “É precisamente a cultura ocidental e moderna que situa o indivíduo como valor supremo, em oposição à sociedade. Com o indivíduo como valor social maior, essa cultura, quando se transmite, o faz com o imperativo de negá-la enquanto herança simbólica”. O mesmo autor cita Calligaris numa “interessante análise em relação à alteridade”:

Se vocês esquecerem, recalcam suas heranças, suas origens familiares, históricas etc., para poderem ser indivíduos e eu fizer a mesma coisa, seremos indivíduos iguais, definidos apenas por nossa individualidade. Isto garantiria um mundo de iguais. Era o sonho do século XVIII e o projeto da Paz Perpétua kantiano (...). Só que essas diferenças que cada um recalca vão voltar de uma maneira particular. Não vão voltar como lembranças de nosso passado. Vão voltar nos levando a nos constituirmos em grupos nos quais vamos sustentar uma identidade imaginária – uma espécie de caricatura de nossas referências culturais. (CALLIGARIS, 1993, p. 190, in SARAIVA, 2005)

Monique Augras (in AGUIAR, 2001) coloca na origem da atual crise de valores, que é maior crise que a sociedade ocidental já viveu, o surgimento, nela, do individualismo. Em suas palavras:

Melhor dizendo, a própria conceituação do que seja ‘indivíduo’ é produto da cultura ocidental e acompanha o seu desenvolvimento. Ao longo de sua história, foi prevalecendo a ideia de que o elemento mínimo, fundamental, da sociedade, é o que chamamos de indivíduo, em contraste com as sociedades tradicionais que, até hoje, privilegiam as comunidades como o seu componente basilar.

Em seguida, a autora afirma que na cultura ocidental, o indivíduo como valor surge a par de uma ideia cristã, que atribui a todos os seres humanos as seguintes características, arroladas por Ignace Meyerson:

- 1) São dotados de razão;
- 2) Cada um é independente, igual apenas a ele mesmo, é *individuum*.

À medida que a cultura ocidental se vá transformando, e que o modelo teológico vai sendo deixado de lado na modernidade, o indivíduo é tomado como mônada, paradigma último do fato humano. Dizia Jean-Jacques Rousseau, exímio representante do pensamento iluminista, que ‘cada indivíduo é um todo, perfeito e solitário.’ (*Du Contract Social*, 1762)”. (AUGRAS, in AGUIAR, 2001)

A antropologia social, ao menos em uma vertente, estuda os fenômenos humanos do ponto de vista das oposições que se estabelecem em uma cultura para construir uma rede de significados na vida humana e social (RODRIGUES, 1983). A oposição básica natureza-sociedade funda um sistema de valores que norteará todas as demais oposições: norma-desvio; profano-sagrado; próximo-distante; etc. A oposição que nos interessa neste estudo é a de indivíduo-coletividade, que pode ser representada pela inversão de valores que se dá aos seus elementos, respectivamente na cultura indiana e na cultura ocidental. Ou seja, enquanto aqui se valoriza a individualidade, a marca pessoal e os direitos individuais, lá se valoriza o todo social, em função do quais várias limitações são aceitas por cada um em sua vida pessoal.

O estudo desenvolvido por Dumont, em sua obra “*Homo Hierarchicus*” (2008), apresenta a hierarquia (especialmente das castas) como uma relação de identidade e também de distinção e oposição que existe entre um todo e um elemento que o integra. Segundo este autor, a hierarquia constitui uma necessidade universal que se manifesta de algum modo, mesmo que sob formas ocultas ou patológicas, em relação aos ideais em vigência.

Pedro Agostinho (1993), para apresentar a visão dumontiana do sistema de castas indiano, faz uma esquematização (quase matemática) dos fatores que entram em cena nas relações que se dão entre os sujeitos daquela sociedade. Sua análise, ou sua tentativa de compreender a questão do indivíduo pelo olhar dumontiano, leva a uma situação de “surpresa”, que pode ser explicada da seguinte maneira: apesar de o sistema social indiano ser caracterizado por princípios holísticos e hierárquicos, no qual não há indivíduos em pé de igualdade social, o grupo que representa o topo dessa mesma hierarquia, o dos “renunciantes”, apresenta-se, em relação aos seus componentes, como igualitário, criando desta forma um grupo de “indivíduos”. Nas palavras do autor: “um sistema holístico-hierárquico, como o indiano, estaria atualizado por um subsistema no seio do qual imperam valores opostos, isto é, princípios individualístico-equalitários”. (AGOSTINHO, 1993, nota 4).

Esta surpresa traz uma questão interessante para discussão, uma vez que, a julgar pela compreensão tirada da leitura de Zimmer (1986), talvez se esteja falando de diferentes concepções de “indivíduo”. Para este, a libertação, é a meta suprema para todos os indianos.

Artha, Kama e Dharma, conhecidas como *trivarga* (grupo de três), são as ocupações mundanas, (...). Mas, sem dúvida, a maior parte do pensamento, investigações, ensinamentos e escritos indianos está consagrada ao tema supremo de libertar-se da ignorância e das paixões oriundas da ilusão do mundo. (ZIMMER, 1986, p.39)

Analisando a questão do ponto de vista das ciências sociais, poderíamos considerar o “grupo” dos renunciantes como um sub-sistema social, dentro do qual o igualitarismo seja um

valor observado. Por outro lado – e utilizando justamente um recurso das ciências sociais, o do descentramento – esse igualitarismo não poderia ser propriamente considerado um valor que norteia o convívio ou a existência dos renunciantes, ou algo que “atualize” um subsistema social, mas uma *consequência secundária* aos valores maiores que de fato são buscados pelos renunciantes – tanto quanto, de um modo geral, por todos os hindus: valores “espirituais”, que dizem respeito a um outro conjunto de preocupações e valores de vida. Consideramos que um estudo mais aprofundado destas distinções pode trazer esclarecimentos para que a questão fique mais bem colocada.

Na verdade, não temos equivalentes verbais precisos para traduzir o sânscrito, mas apenas aproximações enganosas nas quais repercutem associações ocidentais que são necessariamente diferentes daquelas do universo indiano. (ZIMMER, 1986, p. 40)

Além da especificidade da análise e discussão de uma questão levantada pela leitura dos textos citados (a questão epistemológica), a propriedade de tal discussão também se reflete na importância que o tema do individualismo apresenta, tal como recorrentemente apontado pelos diversos autores pesquisados: seja como estando intimamente ligado à origem de nossa grande crise de valores, seja como ligado a uma questão cada vez mais presente em todo o mundo: a convivência com a alteridade, com o diferente, com os outros, com minorias, com categorias discriminadas.

Desta forma, através de uma revisão bibliográfica, com reflexão sobre as questões propostas, o presente trabalho pretende fazer um diálogo entre as ideias dumontianas, que são apresentadas por Pedro Agostinho em seu texto “Em torno à noção de indivíduo no *Homo Hierarchicus* de Louis Dumont”, e as de Heinrich Zimmer, apresentadas em “Filosofias da Índia”, diálogo este subsidiado por outros textos, todos dentro da área de ciências sociais e humanas. O centro da discussão pretende ser a questão do indivíduo, contrastando as diversas compreensões que se tem do termo na literatura selecionada, e o confronto com a compreensão mais específica e filosófica apresentada por Zimmer em “Filosofias da Índia”. Foram escolhidos esses dois autores como base, pois ambos possuem muitos trabalhos publicados, além de serem fontes mais confiáveis. Secundariamente, buscar-se-á estudar o papel da família indiana em sua função formadora do indivíduo indiano, enquanto inserido em um sistema social diferenciado em termos de valorações da oposição individual-coletivo.

O primeiro capítulo desta monografia contém contextualização da Índia: seu território, população, a organização político-econômica, o sistema de castas, derivado da religião hindu, a principal do país e etc. O segundo aborda a questão da família e indivíduo, as diferenças

existentes nesses dois aspectos entre a cultura indiana e a Ocidental. O terceiro expõe aquilo que todo indiano deverá buscar na vida, ou seja, a realização das quatro metas da vida (*purusharthas*), sendo a última, a realização espiritual, quando o indiano se torna um renunciante, situação que será explicada nesse capítulo. Por fim se tem uma conclusão do trabalho.

2. Capítulo 1 - Contexto Social e Histórico

A Índia, ou República da Índia, está localizada no continente asiático, sendo um dos países com maior território geográfico, quase quatro milhões de quilômetros quadrados, e abrigando a segunda maior população do mundo, cerca de 1,98 bilhões habitantes. Segundo o site da Embaixada Indiana no Brasil, localizada em Brasília, a Índia é formada por vinte e seis estados e seis territórios pertencentes à união, sendo o seu sistema de governo uma democracia parlamentar. O Parlamento é constituído por duas Câmaras, onde em uma, os membros são eleitos pelo povo e na outra são nomeados e eleitos. Juntamente com as Câmaras, as Assembleias Estatais elegem o presidente, que irá governar por cinco anos. Apesar de ser uma das economias que crescem mais rápido no mundo, o país continua sofrendo com altos níveis de pobreza, analfabetismo, doenças e desnutrição.

Ainda de acordo com a Embaixada, a língua oficial do país é o *Hindi*, além do Inglês, que foi mantido como língua oficial de comunicação. Existem também outras quinze línguas oficiais e mais de oitocentos dialetos, que são falados em diferentes regiões do país. No território indiano há uma grande diversidade de animais selvagens e habitats protegidos; são ao todo oitenta parques nacionais e mais de quatrocentos santuários de vida selvagem. O país possui muitos pontos turísticos como templos sagrados, lugares de peregrinação, locais de ruínas antigas ou de arquitetura moderna, castelos medievais, as praias de *Goa* e o famoso *Taj Mahal*, também conhecido como a maior prova de amor do mundo, pois foi criado pelo imperador *Shah Jahan* à memória da sua falecida esposa, e se tornou hoje, o maior ponto turístico da Índia.

Na Índia há uma diversidade cultural muito grande, cada região possui sua tradição cultural, semelhante ao que ocorre no Brasil, e podemos agregar a esta situação o fato da Índia ser reconhecida como um país de contrastes. Entretanto, sua grande diversidade não impede que haja uma unidade na cultura do país: o grande sentimento nacionalista do indiano e o orgulho pelos seus ancestrais fazem com que muitas tradições se mantenham até os dias de hoje. De acordo com o texto *Cultura e Religião*, publicado no site do Consulado Indiano, a principal mensagem da cultura indiana é a obtenção de conhecimento¹, pois o conhecimento é visto como a luz e a ignorância como a escuridão. Nos templos indianos sempre é oferecida uma chama, que significa que todas as nossas ações são para agradar a Deus.

¹ Esta também é a opinião de estudiosos da cultura indiana e indólogos, como Zimmer, conforme veremos mais adiante.

Na sociedade hindu, tudo, desde a natureza até a divisão da sociedade em castas, será explicado pela religião. A principal religião é o hinduísmo, a mais caracteristicamente indiana, e amplamente aceita e praticada na Índia. A religião faz parte tão íntima da vida cotidiana e tradicional, que a compreensão da sociedade indiana não pode se dar sem a compreensão da religião hindu. Uma característica importante dessa sociedade é a valorização das tradições. Muitos costumes que são praticados até hoje pelos hindus, vêm de milênios atrás. Todos aqueles que seguem o hinduísmo, bem como todo indiano, de um modo geral, devem respeitar os costumes antigos, suas tradições. Devem acreditar e seguir as doutrinas dos livros sagrados, persistir no sistema de castas e confiar nos ritos espirituais. Por valorizarem tanto a sua tradição, a sociedade indiana acaba sendo, por várias vezes, caracterizada como “uma sociedade atrasada”, porém, segundo Carrière (2009, p. 6)

O passado não é passado. Aqui, ele é apenas uma das formas do presente, que o assimila e o prolonga. Isso não significa, de maneira alguma, que a Índia seja um país retardatário, ou a reboque. Ela fornece profissionais de informática para o mundo inteiro e ainda vive no tempo dos milagres. Ao contrário dos Estados Unidos, onde o passado é sempre apagado, abolido em benefício de uma corrida desvairada no instante, no inapreensível hoje, a Índia reivindica cinco milênios de existência aos quais se refere constantemente. Executivos podem conversar sobre negócios evocando com precisão antigos relatos. Nenhum outro país, em todo caso nenhum país deste porte, desta importância, oferece aos olhos esta continuidade sem falhas, onde todas as invasões, uma após a outra, inclusive a presença inglesa, foram absorvidas até fazerem parte da mais íntima substância indiana, em que a mitologia original participa muito naturalmente da vida cotidiana, em que o que chamamos de modernidade não pressupõe nenhuma ruptura com os séculos que chamamos de antigos.

RELIGIÃO

A comunidade religiosa mais expressiva da Índia é o hinduísmo, religião formada há mais de três mil anos, através mistura da cultura dos povos arianos que invadiram o vale do Rio Indo (por volta de 1.500 a.C.) com a cultura dos povos que ali habitavam. Desta mistura surgiu a maioria dos deuses que são cultuados pelos hindus. Suas crenças foram sendo transmitidas oralmente de geração em geração por muitos séculos, até serem transcritas nos Vedas, que é composto por quatro volumes e é considerado o primeiro livro sagrado da história. (SANTORO e SARTORELLI, 2008)

No hinduísmo há uma variedade enorme de tradições religiosas, com muitas crenças e práticas, desde pequenos cultos até as principais manifestações da fé, ou os principais movimentos da religião. Tudo o que existe, na natureza ou na sociedade, será justificado ou explicado pela religião, e assim, ela estará presente no cotidiano do hindu através,

principalmente, do sistema de castas, que separa o povo indiano em categorias sociais. Cada categoria social possuirá obrigações e deveres específicos.

No sistema de castas, os casamentos acontecerão entre as mesmas categorias, as castas, e assim as gerações advindas deles, irão manter esse sistema, já que herdarão as castas dos seus progenitores, passando-as para gerações futuras. Tal sistema foi originado da divisão entre os arianos (de cor clara) com os habitantes do Rio Indo (de cor escura), ou *dasas*, como eram chamados pelo povo invasor. Esse sistema foi imposto pelo povo ariano com o objetivo de se diferenciar dos povos que já habitavam aquela região. Nele, os arianos se autodenominaram superiores em relação aos nativos. Ariano significava “nobre”, e essa nobreza ariana era dividida em duas categorias: os sacerdotes e os guerreiros. O sistema ariano, entendido como uma divisão de classes, não era tão rígido como o sistema de castas, que iria prevalecer mais tarde na Índia, onde a posição social seria hereditária. Apesar do sistema de castas ter sido oficialmente abolido em 1947, até hoje ele influencia a vida social da Índia. (DANIELS e HYSLOP, 2004)

No hinduísmo acredita-se em reencarnação, e para os hindus a pessoa nasce em uma determinada casta por carregar consigo um *karma*, que foi produzido pelas suas ações em vidas passadas. Cada alma é livre para encontrar seu próprio caminho, seja por devoção, austeridade, meditação, investigação (filosófica) ou serviço altruísta. Os hindus acreditam que a alma reencarna várias vezes até que todos os *karmas* sejam resolvidos, alcançando a libertação espiritual. Todas as almas, sem exceção chegarão a esse pico espiritual, porém podem demorar várias vidas para isso. O número de reencarnações que serão necessárias para chegar a esse estágio irá variar de acordo com o *karma* trazido pela alma, não existindo assim, no hinduísmo, o inferno eterno.

Segundo Zimmer (2008), durante a sua vida, o hindu deverá buscar suprir suas quatro necessidades básicas, ou metas da vida, que são as quatro *Purusharthas*: *Artha*, a primeira meta, refere-se ao controle sobre os objetos materiais, o que também pode ser visto como poder político. Todos os objetos que possam ser possuídos, desfrutados e perdidos e os quais precisamos para nos manter; *Kāma*, a segunda meta da vida, refere-se ao prazer e o amor; *Dharma*, a terceira meta, relacionada aos deveres morais e religiosos; e finalmente, *Moksha*, a quarta meta da vida, a libertação espiritual, que é considerada a finalidade última e superior. As três primeiras metas são consideradas metas que se referem a objetos, sejam mundanos, humanos ou divinos, e são chamadas de as três *Trivarga*. A última meta, *moksha*, constitui-se numa meta não-objetal, isto é, não se refere a qualquer tipo de relação com “objetos”, sejam

mundanos ou divinos, mas se refere a uma condição de libertação da necessidade de qualquer relação com objetos.

O SISTEMA DE CASTAS INDIANO

Existem três tipos de explicações para a teoria de casta (explicação histórica, voluntarista e compósita) distribuída em três épocas diferentes (século XIX, final do século XIX e a partir de 1945), defendidas por Dumont. A teoria que nos interessa é a histórica, basicamente explicativa. Essa teoria irá se subdividir em outras três: a indo-européia, a racial e a difusionista.

Segundo a teoria indo-européia, totalmente etnocêntrica, haveria influências europeias na cultura indiana. Segundo pensadores e estudiosos da época, a sociedade indiana era uma “civilização avançada” em um território “atrasado”. Eles acreditavam que um povo tão pagão não teria a capacidade de elaborar língua perfeita, uma filosofia tão complexa como é a filosofia indiana, e uma religião tão devota. Para eles, isso só foi possível com a influência de uma raça branca e cristã. E para provar a sua teoria, muitos intelectuais resolveram aprender a língua, estudar os Vedas e participar de religiões pagãs. A partir desses estudos eles concluíram que o povo que escreveu os Vedas não era nativo, e sim, um povo invasor que poderia ter vindo do Sul da Rússia ou do Norte Europeu.

Na teoria racial, Dumont junta à teoria da invasão ariana com a inevitável mistura de raças, nativas e invasoras. A preocupação por parte dos invasores de uma possível mistura de sangue teria resultado na criação do sistema de castas, que preservaria a “pureza” do sangue ariano, já que seus membros seriam mais elevados que os nativos, não podendo haver relações entre eles.

A teoria do difusionismo, explica o surgimento das castas através de uma origem única segundo sua distribuição geográfica.

Até hoje ainda não se encerraram as discussões quando se analisam as castas. Segundo Oliveira (2008, p.11) “nem mesmo os melhores estudos históricos, sociológicos e antropológicos modernos chegaram a um consenso no que se entende por casta.”

No presente trabalho iremos nos basear na teoria racial, oferecida por Dumont, para apresentar as consequências desse sistema, e sua abrangência.

O sistema de castas irá representar aquilo que há de mais vivo na tradição indiana, sendo esse sistema quem norteia a sociedade hindu. Ele é formado por quatro castas principais, que se subdividem em diversas subcastas. Cada casta possui um papel, um trabalho que deverá desempenhar dentro da sociedade. E somente a casta mais elevada, os brâmanes, poderá realizar rituais religiosos e assumir posição de destaque e autoridade dentro dos templos. Eles terão a vida dedicada aos estudos e as obrigações com a sociedade.

Oliveira (2008), citando Dumont, afirma que sendo baseada na relação puro-impuro, existe outra divisão no sistema de castas, a dos “intocáveis” ou sem casta. As pessoas que fazem parte deste grupo ficam com os trabalhos que lidam diretamente com impurezas, como serviços funerários e o trato com a pele de animais mortos. Esses trabalhos os tornam impuros, e assim jamais conseguirão elevar a sua pureza, pois diariamente lidam com trabalhos que a reduzem. Nenhum membro de casta deverá tocá-los, pois diminuiria a sua pureza. Quando nos deparamos com o sistema de castas, podemos acabar definindo-o como um sistema de segregação econômica, porém de acordo com Oliveira (2008, p.17)

As diferenças de casta, de acordo com Bayly (1999), não são nem econômicas, nem de classe, nem de raça. Enfim, não são as razões materiais evidentes que servem para entender a ‘superioridade’ de uma casta, mas os seus valores religiosos e mentais. Podemos supor que a diferença entre um intocável e um *brahmana* pareça de ordem econômica e material, mas há algo mais real e importante que os separa, visto que é relativamente frequente encontrar um *brahmana* ou outros membros de castas ‘superiores’ em circunstâncias materiais paupérrimas, e, mesmo assim, possuem todas as honras e direitos de sua casta. Definitivamente, a pobreza é uma virtude para os ‘superiores’ e um caminho menos complicado (sem muitos obstáculos) para a autorrealização. A riqueza tem seu valor garantido, mas com a ressalva de que é temporária e não pertence ao Eu verdadeiro.

Compreende-se assim que o sistema de castas não deve ser encarado como uma forma de segregação econômica, pois não valoriza o material. E analisando a sociedade, percebemos que dentro das próprias castas existem diferenças econômicas. Por exemplo, na casta dos comerciantes, irão existir comerciantes mais ricos que os outros, porém, eles nunca se tornarão brâmanes, pois esta condição é atribuída no nascimento, e não pelo poder econômico. Da mesma forma, na casta dos brâmanes haverá aqueles que abdicarão de suas riquezas, vivendo em condições paupérrimas, dependendo de outras pessoas para se alimentar, por exemplo. O que realmente importará nesse sistema é o grau de pureza de cada pessoa e o *karma* trazido de outras encarnações. De acordo com Oliveira (2008)

Para Dumont, os fatos da vida do indiano não são casos que manifestam as diferenças materiais [...]. A diferença entre casta alta e casta baixa não é um reflexo disfarçado da habilidade de cada um para dispor os recursos materiais. A referência à pureza-contaminação é a que outorga as mediações importantes de *status* para cada casta indiana. A preocupação pelo puro e impuro é constante na vida desses homens.

Mesmo assim, não se pode ignorar que haja diferenças econômicas entre as castas, e até entre as subcastas de uma casta, e que alguns grupos de indianos caracterizam as castas como um sistema opressor e racista. Mas se quisermos compreender melhor esse sistema e seus efeitos positivos na vida do indiano, não poderemos julgá-lo apenas como um sistema de incapacidade material, pois o âmbito econômico, apesar de se fazer presente, não é o foco principal da divisão desse sistema.

Concluimos assim que a cultura indiana possui grandes diferenças, em certos aspectos, em relação à cultura ocidental, especialmente na valorização das coisas materiais ou espirituais. Percebemos que na Índia, existe uma grande preocupação com o mundo espiritual, e este muitas vezes sobrepõe-se, como valor social, ao aspecto material; diferente do que acontece no Ocidente em geral, onde as pessoas estão constantemente buscando enriquecer no âmbito material, esquecendo-se do lado espiritual.

3. Capítulo 2 – Família e Indivíduo

Segundo Luiz F. D. Duarte (1995), concordando com Foucault, a família – tal como a concebemos hoje no Ocidente – é um fenômeno recente. Tal é a variedade de tipos que os antropólogos preferem falar em “parentesco” ou “consanguinidade”, que se define por apresentar uma série de características, sendo três principais: 1- o sistema de localidade ou residência; 2- a corporatividade, ou grupos de pertencimento – inclusive como sujeitos de troca matrimonial; 3- um conjunto de normas de comportamento através das quais se manifestam emoções ou sentimentos de maneira convencional. (DUARTE, 1995)

Uma característica que é tão importante, para os hindus, quanto o sistema de castas, é a ideia de *gotra* ou descendência, que será à base de toda estrutura familiar. (GANS, 1985) Desde há muito tempo, a família, casta e comunidade dominam a sociedade indiana, sendo a família a instituição dominante tanto na vida do indiano como na vida da comunidade, representando um elo entre o indivíduo e a sociedade. (SONAWAT, 2001)

A família é a primeira linha de defesa especialmente para crianças e um fator importante em sua sobrevivência, saúde, educação, desenvolvimento e proteção. É também uma importante fonte de nutrição, ligação emocional e da socialização, e uma ligação entre a continuidade e a mudança. Ela tem o maior potencial para proporcionar estabilidade e suporte quando há problemas. O desenvolvimento humano pode, assim, ser melhorado através do enriquecimento da vida familiar. (DESAI apud SONAWAT, 2001,p.2)

A família é estruturada principalmente para o cumprimento das obrigações religiosas, como culto aos ancestrais, geração de uma criança do sexo masculino, e dar continuidade às tradições. A linhagem é baseada pela família do pai, ou seja, uma estrutura patriarcal, onde os homens (marido, irmão mais velho e etc.) irão desempenhar as funções de tomada de decisão para o resto da família.

Na vida familiar indiana aprende-se a se tornar parte do mundo que nos cerca. Quando o hindu pertence a um grupo real e unido, ele tem por obrigação receber e alimentar cada um dos membros deste grupo se for necessário. No ocidente a família (pela definição usual contemporânea) é compreendida por marido, mulher e filhos (família nuclear), já na Índia, segundo Rama Rau (1965), esse modelo tomará proporções muito mais abrangentes, incluindo diversos parentes, que poderão ser próximos ou não. De acordo com Sonawat (2001)

[...] as famílias em um país grande e culturalmente diversificado como a Índia tem pluralidade de forma que variam de acordo com escolhas étnicas, de classe e individual. Seus membros estão vinculados por relações interpessoais em uma rede mais ampla do papel e das relações sociais.

Frequentemente nos lares indianos vivem o marido, a mulher, os filhos do casal, suas noras, todos os netos e até bisnetos. Será a mulher mais velha que comandará a casa e por isso o sonho de toda mulher indiana é se tornar a sogra. Apesar de todos os direitos que a sociedade indiana negue à mulher, dentro do seu lar ela será suprema. Além dos parentes mais próximos, ocorrem casos em que parentes distantes passam a ter o direito de pertencer a este grupo familiar, podendo ir visitar a casa e lá passar o tempo que acharem necessário, sem serem incomodados. Todos são queridos e respeitados dentro do ambiente familiar (RAMA RAU, 1965). Também existem estilos de vidas experimentais, como viver sem ter filhos ou se casar, mas ainda estão restritos a grupos muito pequenos da população, que geralmente vivem isolados do resto da sociedade. Essa busca, por parte de alguns indianos, por estilos de vida diferentes, ocorre por necessidade de adaptação às condições sócio-econômicas e pessoais, diferente do que ocorre no Ocidente, onde as variações são postas como soluções aos padrões existentes. (SONAWAT, 2001)

Em uma família indiana há espaço para todos, e todos sentem a necessidade de que haja múltiplas relações entre seus membros, contribuindo para a vida familiar. As pessoas sabem que devem utilizar todas as relações possíveis para enriquecer, e não empobrecer a vida. Cada relação que desempenham entre os membros da família, com diferentes pensamentos e idades, contribui para uma aquisição de novos conhecimentos, novas visões, opiniões etc. Essas relações contribuem para a formação dos indivíduos da família. É considerado também, dentro destas famílias, que poderão existir componentes que não irão agradar a todos, mas que irão merecer a mesma consideração. Percebemos assim que o indiano é ensinado a respeitar e tolerar o diferente, pois aprende desde criança a conviver de forma mais harmônica possível com pessoas diferentes dentro da sua casa. [ibid]

Apesar de geralmente se estar com a casa cheia de pessoas, a intimidade de cada indivíduo deverá ser respeitada. Se um membro resolver que deseja ficar sozinho, sem ser incomodado, assim ocorrerá. Todos os outros componentes dessa família deverão respeitar o seu desejo (RAMA RAU, 1965).

Na família indiana também não haverá uma segregação de acordo com a idade dos seus componentes, todos se relacionam. As crianças ao mesmo tempo em que brincam tomam conta dos mais novos. Os jovens se relacionam com os mais velhos, pois estes possuem mais

sabedoria. Em reuniões familiares todos deverão estar presentes. E assim, conclui-se, que convivendo em harmonia com tantas pessoas, todas diferentes, se é conduzido a uma atitude de tolerância e respeito às diferenças.

Não há leis específicas relacionadas à família na Índia. As leis são distintas para cada comunidade religiosa. Mulçumanos, hindus, judeus, cristãos e grupos religiosos menores possuem suas próprias leis pessoais, em relação aos casamentos, divórcios, adoção, etc. Segundo Sonawat (2001)

Embora o artigo 44 da Constituição estabelece que “O Estado envidará esforços para assegurar aos cidadãos um código civil uniforme em todo o território da Índia” (Pylee, 1979, p.471), tentativas de promulgação de leis seculares que se aplicam às práticas familiares de todos os indianos, invariavelmente, passam por um debate prolongado e amargo.

O casamento, na maioria das vezes, ocorria dentro do grupo religioso, e também dentro da própria família, o que dava continuidade aquele grupo (casta). Ao longo do tempo podem ser observadas mudanças no padrão de seleção dos noivos, porém, mesmo entre as comunidades urbanas e castas mais altas, essa seleção continua sendo realizada pelos pais e parentes mais velhos. (SONAWAT, p. 5) Uma mudança que vem ocorrendo no padrão dos casamentos é a idade em que ocorrem; antes os indianos se casavam muito cedo, hoje estão se casando um pouco mais velhos. Além da idade, hoje já existem casamentos entre castas diferentes, apesar de ser a minoria. Outra mudança em relação aos casamentos tradicionais refere-se à prática de avaliação da futura esposa (do seu corpo, de seus dotes, família etc.) que era realizada pelos membros da família do noivo.

Em relação ao divórcio, há uma disposição legal para que ocorram, sendo permitido entre as castas. Porém ele implicará em muitas questões sociais, principalmente para a mulher, porque esta, ao se casar, obtém o *status* social do seu marido, além de seu círculo familiar e social. Todos os antigos vínculos que a noiva tinha antes de casar são deixados para trás no casamento. Ao se divorciar, ela terá que sair da casa do marido, deixando seus filhos e não poderá fazer amizade com outros homens nem com casais, pois poderá ser considerada uma ameaça aos casamentos. O divórcio não afeta somente a vida do casal, mas dos filhos que eles possuem, pois são afastados, geralmente, da sua mãe, além de perder a base familiar que possuíam.

A Índia, apesar de ser um país que valoriza muito a sua tradição, tentando mantê-la sempre viva, está passando por um processo de modernização, com mudanças em diversos setores da sociedade. Costumes familiares estão sendo substituídos, e fatores que antes não

aconteciam, hoje já estão modificando o perfil das famílias indianas, como por exemplo, a crescente taxa de divórcios, principalmente nas áreas urbanas, que antes não ocorriam com tanta frequência, e hoje demonstram a fragilidade na relação marido-mulher. Porém, o que podemos observar é que a maioria da população ainda está conseguindo manter a tradição, mostrando que são capazes de se adaptar as novas normas sociais, demonstrando a força que possuem para se manterem juntos.

INDIVÍDUO

Se compararmos a sociedade indiana com a sociedade Ocidental, percebemos que o valor dado à questão do indivíduo, aqui, se faz muito mais presente. Nós buscamos valores como liberdade e individualidade, que na Índia são irrelevantes em comparação com a ideia de coletividade para um bem maior.

Na medida em que o indivíduo é um componente funcional do complexo organismo social, sua preocupação deve ser a de identificar a si próprio com as tarefas e interesses de seu papel social, e até mesmo ajustar seu caráter público e privado a esse papel. O grupo tem prioridade sobre qualquer um de seus componentes. Portanto, toda auto-expressão – do modo como a conhecemos e valorizamos – fica eliminada, pois o pré-requisito para participar de um grupo consiste não em cultivar, mas em dissolver a idiosincrasia e tendências pessoais. A virtude suprema é assimilar-se – com toda sinceridade e sem reservas – à máscara impessoal, imemorable e intemporal do clássico papel inerente às condições de nascimento (jāti). O indivíduo é assim compelido a se tornar anônimo, o que de maneira nenhuma é tido como processo de autodissolução mas sim de autodescoberta, porque a chave para realizar a encarnação em que se encontra reside precisamente nas virtudes de casta à qual pertence. (ZIMMER, 2008,p.121)

Dessa forma percebemos que no hinduísmo, o todo é posto acima do individual. As pessoas devem agir de forma que agrade a todos que pertencem a sua casta, pois trabalhando juntos eles se ajudam, se mantêm. Ao desempenhar o papel de sua casta, o indiano estará contribuindo para um bem coletivo, e dessa forma para o seu bem individual, já que todas as suas ações deverão estar voltadas para o funcionamento desse sistema, a ideologia do sistema de castas, que é totalmente contraditória a teoria igualitária do Ocidente. (DUMONT,2008).

O sistema de castas é baseado no princípio fundamental da hierarquia, e seu oposto é utilizado no ocidente, o igualitarismo.

Nossas ideias cardinais chamam-se igualdade e liberdade. Elas supõem como princípio único e representação valorizada da ideia do indivíduo humano: a humanidade é constituída de homens, e cada um desses homens é concebido como apresentando, apesar de sua particularidade e fora dela, a essência da humanidade. [...] Esse indivíduo é quase sagrado, absoluto; não possui nada acima de suas

exigências legítimas; seus direitos só são limitados pelos direitos idênticos dos outros indivíduos. (DUMONT, 2008, p.53)

No Ocidente somos ensinados a buscar nossa individualidade, autonomia, dando ao indivíduo um valor supremo, acima da sociedade. Essa supervalorização do indivíduo acaba formando um conflito com a ideia de sociedade, pois enquanto inserido em uma, o indivíduo deverá seguir as regras que regem aquela população, regras estas, que poderão ir contra o seu interesse pessoal.

O conflito entre a sociedade e o indivíduo prossegue no próprio indivíduo como luta entre as partes de sua essência. A divergência mais abrangente e profunda entre indivíduo e sociedade não me parece estar ligada a um só tema de interesse, e sim à forma geral da vida individual. A sociedade quer ser uma totalidade e uma unidade orgânica, de maneira que cada um de seus indivíduos seja apenas um membro dela; a sociedade demanda que o indivíduo empregue todas as suas forças a serviço da função especial que ele deve exercer como seu integrante; desse modo, ele também se transforma até se tornar o veículo mais apropriado para essa função. Não há dúvida de que o impulso de unidade e totalidade que é característico do indivíduo se rebela contra esse papel. Ele quer ser pleno em si mesmo, e não somente ajudar a sociedade a se tornar plena; ele quer desenvolver a totalidade de suas capacidades, sem levar em consideração qualquer adiamento exigido pelo interesse da sociedade. (SIMMEL, 2006, p.84)

Essa individualização interfere também na família moderna, sendo “família” entendida como um modelo da nossa cultura central. Conforme já citamos, a família é um fenômeno recente (FOUCAULT apud Duarte, 1995, p. 27). O fenômeno que ocorre universalmente, e foi decifrado pela etnologia, é o “parentesco”, e ele regula a reprodução, casamento e etc. Quanto à família ocidental moderna, houve uma reestruturação em função do privilégio do Valor-Indivíduo:

A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. (...) O que acarreta também uma certa inversão de eixo: o laço conjugal não serve mais apenas (nem mesmo talvez em primeiro lugar) para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto (FOUCAULT apud Duarte, 1995, p. 29)

Com esse novo mundo igualitário e individualizado, ficará na responsabilidade da família o dever de hierarquizar as relações, transmitindo as diferenças e ética. Entretanto, há um risco nessa relação, pois é possível que a família não cumpra a sua tarefa, podendo não atribuir a individualidade necessária aos seus membros, restringindo-os de sua liberdade, ou não desempenhando o seu papel de hierarquizar as relações, e assim acabar não transferindo para seus membros responsabilidade e ética. (DUARTE, 1995).

No Ocidente, valorizador da individualidade, pensamos sempre em nós, e assim, queremos que tudo à nossa volta nos agrade, o que nem sempre acontece (em qualquer lugar

mas, especialmente) dentro da família, o que pode acarretar discórdias, crises ou até sua ruptura. O desejo de satisfazer o “eu”, de afirmá-lo, antes de atender a deveres ou necessidades mais amplas do que o indivíduo, conduz a uma intolerância às diferenças, uma vez que acabamos nos tomando como modelo, e tudo aquilo que é diferente de nós mesmos é considerado errado. Assim, a busca por individualidade presente nas sociedades ocidentais vem ameaçando a família, uma vez que esta é ainda a instituição social encarregada de fazer a difícil conjugação entre o individualismo e a necessidade de obedecer minimamente às regras sociais. (DUARTE, 1995).

Segundo Durkheim (citado por Dumont), nossa sociedade nos prescreve a obrigação de sermos livres, e em oposição a essa sociedade moderna,

as sociedades tradicionais, que ignoram a igualdade e a liberdade como valores, que ignoram, em suma, o indivíduo, possuem no fundo uma ideia coletiva do homem, e a nossa apercepção (residual) do homem social é a única ligação que nos une a elas, o único véis pelo qual podemos compreendê-las. (DUMONT, 2008, p. 56)

Percebemos assim, a diferença no valor adquirido ao conceito de indivíduo no Ocidente em contrapartida ao da Índia. Enquanto nós buscamos cada vez mais a nossa individualidade, liberdade, os indianos buscam fazer parte de um grupo, e enquanto inseridos nele, desempenhar todas as funções necessárias para o seu funcionamento.

4. Capítulo 3 - *Purushartas* e Renunciante

As ações desempenhadas por todo indiano devem ser guiadas para a realização das quatro metas ou finalidades da vida. Três destas metas, a *trivarga* (*Artha, Kama e Dharma*), é considerada metas mundanas, pois a sua realização é no âmbito material, tendo cada uma delas, uma orientação própria e uma literatura especial. A última das metas, *Moksha*, é a realização espiritual, a finalidade última da vida.

Artha, a primeira meta da vida refere-se ao poder. As artes que sevem a essa meta são as da economia e política, e as técnicas de sobrevivência para se manter em um poder ou *status*. A palavra *Artha* infere todo um conjunto de objetos materiais que podem ser possuídos, desfrutados e perdidos, ou seja, tudo aquilo que exercemos um poder e assim usamos e podemos perder, mas que precisamos para nos manter, manter nossa casa e família e cumprir os deveres religiosos, ou seja, as posses materiais. *Artha* significa “coisa, objeto, substância”. Segundo Zimmer (2008, p.)

A palavra *artha* conota, desta maneira, “a obtenção de riquezas e prosperidade, vantagem, lucro e fortuna mundanos” e ainda “resultado”; na vida comercial: “assuntos de negócio, trabalho, preço”; e no direito: “demanda, ação, petição”. No que se refere ao mundo exterior, *artha* – em sua acepção mais ampla – significa “aquilo que pode ser percebido, um objeto dos sentidos”; no que diz respeito ao mundo interior da psique: “fim e objetivo, propósito, objeto, querer, desejo, motivo, causa, razão, interesse, uso, necessidade e preocupação”; como ultimo termo de um composto, *artha* pode exprimir: “pela causa de, em nome de, para, a fim de”. Assim esta palavra reúne significados de: 1. o objeto da busca humana; 2. os meios para essa busca; 3. as necessidades e os desejos sugeridos por tal busca.

Existe uma literatura específica para esse assunto, restringindo exclusivamente no campo da política: política do indivíduo em sua vida cotidiana e a política do obter, onde é necessário exercer e conservar o poder e a riqueza, como rei. Essa arte é ilustrada por fábulas, considerada a forma mais realista de se aprender uma filosofia da vida, já que as histórias do mundo animal que são narradas nessa literatura mostram a crueldade da sobrevivência, uma forma de prosperar em meio aos constantes perigos na luta pela vida, e na supremacia estabelecida entre os seres. De acordo com Zimmer (2008) os textos são incisivos, secos e cínicos, mostrando no plano humano as leis do conflito animal. Os seres se devorando mutuamente e prosperando à custa dos outros inspiram o pensamento dos autores. Essa doutrina se chama *Matsyanyāya*, “princípio ou lei dos peixes”, ou seja, os peixes grandes comem os pequenos. Esse ensinamento também é conhecido como *Artha-Sāstra*, “manual autorizado da ciência da riqueza”. Os textos mais conhecidos são o *Pañcatantra* e *Hitopadesa*.

A segunda meta da vida é a *Kāma*, relacionada ao prazer e ao amor. A mitologia indiana tem *kāma* como equivalente a cupido. Ele é o deus do amor, o desejo encarnado. O texto mais conhecido que está disponível relacionado ao assunto, é o *Kāma-Sutra*, que adquiriu uma reputação equivocada de se referir unicamente à sexualidade, onde o tema erótico é muito técnico. O livro acabou sendo associado à ideia de ser um manual de posições eróticas, entretanto, o *Kāma-Sutra* foi criado para evitar frustrações na vida conjugal, já que os casamentos ocorriam por conveniência, raramente por amor, além disso, a atitude dominante dos indianos, na verdade é severa, casta e extremamente recatada, voltada principalmente para o lado espiritual, e pela absorção de experiências religiosas. Essas técnicas foram criadas pensando em uma sociedade de emoções frias, e não libertinas.

Existe também, além do *Kāma-Sutra*, outro escrito que trata das várias artes do prazer, os manuais da poética e representação, ensinando técnicas da dança, pantomina, do canto e da arte dramática, chamado de *Nāṭya-Sāstra*. Os textos apresentam modelos de herói e heroína hindus, caracterizando-os psicologicamente e mostram os diversos sentimentos experimentados durante situações típicas. Esses textos, segundo Zimmer (2008) refletem o conhecimento de uma profunda psicologia das emoções, comparável à tipologia e à intrincada textura das emoções e reações humanas desenvolvidas no Ocidente, na ópera italiana e na tragédia francesa dos séculos XVII e XVIII.

Dharma, ou terceira meta da vida, é a doutrina dos direitos e deveres de cada pessoa dentro de uma sociedade ideal. De acordo com Zimmer (2008):

Encontramos aqui, meticolosamente formulados sobre a base das práticas imemoriais imputadas aos ensinamentos do próprio Criador, rituais e regras sociais das três castas superiores: *brāhmana*(sacerdote), *ksatriya* (nobre) e *vaiśya* (mercador e agricultor). Nesse sistema, quem recebe as mais altas posições e honras não é o rei ou o milionário e sim o sábio, o santo, o *mahātma* (...) é dele que deriva toda a ordem [da] sociedade. O rei, a bem dizer, é apenas o administrador dessa ordem; os agricultores e mercadores fornecem os materiais de dão corpo à forma; e os trabalhadores (*sudra*) são aqueles que contribuem com o necessário labor físico. Assim, todos estão harmonicamente concatenados para revelar, preservar e experimentar a grande imagem divina.

A terceira meta abrange todo o contexto sobre os deveres morais e religiosos. É a doutrina dos direitos e deveres de cada indivíduo numa sociedade ideal, é o espelho de toda ação moral.

Os escritos mais conhecidos sobre esse assunto são *Dharma-Sāstra* e *Dharma-Sutra* ou Livros da lei, sendo alguns, atribuições a personagens místicos, como Manu, um antepassado do homem, e outros a mestres e santos brâmanes da Antiguidade. As primeiras

obras sobre essa meta da vida possuem muitas prescrições religiosas, ritualísticas e sociais, porém os textos mais novos englobam todo o contexto da vida indiana.

Moksha, a última das quatro metas da vida, está relacionada ao plano espiritual, significando uma redenção ou libertação espiritual. Esta seria a finalidade última do homem, estando acima das outras três, conhecidas como *trivarga*, que são as ocupações mundanas. Porém, a maior parte dos escritos e ensinamentos indianos refere-se ao tema de libertação da ignorância e das paixões ilusórias do mundo. “*Moksha* deriva da raiz *muc*: “desatar, livrar, soltar, libertar, liberar, deixar em liberdade, sair de, abandonar, largar” significando, portanto, “libertação, escape (...); emancipação final da alma” (ZIMMER, 2008, p.41)

Ainda de acordo com esse autor,

A verdadeira força de um ideal não pode ser compreendida fora do seu contexto, e esse contexto é a Índia tradicional, não a moderna civilização industrial. *Moksha* é uma força que tem impregnado cada traço, característica e disciplina da vida indiana e que modelou toda a sua escala de valores. Deve ser entendido não como o significado de uma refutação mas como o coroamento final do êxito do homem triunfante. Em síntese: a maior parte da filosofia indiana propriamente dita diz respeito à orientação do indivíduo durante a segunda etapa da vida; não antes, mas depois que tenha cumprido os compromissos com o mundo, decorrentes da vida pessoal. Uma vez cumpridos seus deveres como membro moral e sustentador da família e da comunidade, é que se volta à tarefa final da aventura humana. (Ibid)

Durante a sua vida o indiano deverá passar por todas as experiências, como estudar, trabalhar, construir uma família até chegar ao ponto de se dedicar totalmente a finalidade última, a quarta meta. Quando se chega ao estágio de buscar a libertação, o indiano geralmente já está em idade avançada, e já cumpriu – ou já teve a oportunidade para cumprir, na melhor época – as outras três metas.

Tem-se que, mesmo sendo a vida cotidiana hindu totalmente referenciada à religião, com uma devoção e preocupação total a esta, o caminho para se alcançar *moksha* não será, via de regra, unicamente através da religião e devoção, e sim, através da filosofia. Os textos que se dedicam a esta *purushartha* são a última parte dos Vedas (os livros sagrados), denominada *Upanishads*, que consiste em doutrinas filosóficas expostas através de diálogos, tais como os escritos filosóficos de Platão (Os Diálogos).

Apesar de *moksha* fazer parte das metas da vida, nem todos os hindus irão alcançá-la, pois para isso, a pessoa precisa levar uma vida de austeridades e dedicação total ao ideal de

libertação. Esta dedicação não garante que realmente conseguirá chegar a esse estado, pois isto dependerá tanto do *karma* que a pessoa possua, quanto de sua contínua dedicação à tarefa.

OS RENUNCIANTES

Desde o seu nascimento o indiano já está inserido em um grupo social, ou seja, a casta de seus pais. E assim, o sentimento de pertencer a um grupo prevalece sobre o de indivíduo. Entretanto, ao analisarmos melhor a sociedade indiana, nos deparamos com uma figura que está fora desse sistema de castas, o renunciante.

O renunciante adquire, para nós, a sua individualidade, quando ele abdica a todos os direitos e obrigações que lhe foram designados pela sociedade ao nascer, e principalmente a sua casta, não sendo mais reconhecido por ela. Segundo Oliveira (2008, p. 26)

O hinduísta é um ser de casta cuja identidade social deriva dos laços e exigências coletivas, mais que dos individuais. No hinduísmo apenas o renunciante, por estar ‘fora do mundo’, se fecha nessa ideia ocidental de indivíduo; com a ressalva de que esse indivíduo indiano está impossibilitado de erigir a individualidade como valor, pois a absoluta interdependência inerente na hierarquia das castas o impede de ter tal visão ou desejo individualista. Adentrando o imaginário do renunciante, podemos observar que sua motivação voltada para a renúncia está atrelada à ideia de tornar-se um indivíduo ‘fora do mundo’ para libertar o próprio mundo, e não para satisfazer sua condição de indivíduo. O pensamento indiano nos diz: “se você deseja ser um indivíduo, seja um renunciante. Mas saiba que, ao se tornar um indivíduo renunciante, tornar-se-á um indivíduo espiritualmente responsável por todos”.

O renunciante pode ser reconhecido então como aquele que se abstém de todos os compromissos materiais e de casta com a sociedade, não apenas com a religião, deixando todos os seus bens materiais, abandonando o convívio familiar e social, se dedicando inteiramente a vida espiritual.

Essa relação do renunciante com a religião nos faz pensar melhor sobre o modo como a sociedade aceita a renúncia de um hindu. No hinduísmo, cada casta possui um dever, sendo necessária para a manutenção do sistema, e, portanto cada membro desse grupo deverá desempenhar o seu papel, sem almejar uma mudança de casta, pois a sua permanência dentro daquela que lhe foi designada ao nascer, ajuda na manutenção da sociedade como um todo. Quando renuncia à casta, o renunciante estará fora de qualquer compromisso que sua antiga casta tinha com as outras, de todos os deveres que ele deveria desempenhar por estar inserido nela, e mesmo abandonando as funções que lhe foram determinadas; ele passa a ser admirado pelos membros das castas. Isso acontece, pois o renunciante, entendido como indivíduo, não está procurando mudanças no âmbito material, não deseja, por exemplo, enriquecer. O

renunciante não quer obter nada material, o seu objetivo é no âmbito espiritual; ele deseja à libertação, moksha, a quarta meta da vida. O que os hindus passam a admirar na pessoa que renuncia é a sua força e determinação para suportar todas as privações que lhe são impostas por estar nessa condição de renunciante (que difere radicalmente da busca pela individualidade no Ocidente) e a sua busca pessoal por libertação, algo que todo indiano deveria buscar, por ser a quarta meta da vida humana, mas que nem todos conseguem.

Se o indiano conseguir viver e morrer como um renunciante, ele elevará o seu *karma*, e de suas gerações futuras e passadas. Mas se depois de se tornar um renunciante, ele se arrepender, perderá todos os direitos de sua antiga casta, não podendo retornar a ela, passando a viver como um intocável. (OLIVEIRA, 2008)

O que se precisa entender é que a renúncia ocorre em relação ao hinduísmo, e todas as obrigações que por ele são impostas ao hindu como pertencente a uma casta. Mesmo se abstendo desse sistema, o renunciante continua fazendo parte de um sistema maior, a sociedade indiana como um todo, não formada apenas por praticantes do hinduísmo, mas também os mulçumanos, budistas, católicos etc. Assim, de acordo com Agostinho (1993, p.6)

[...] custa-me aceitar que estejam fora da “sociedade hindu”. Aceitando-o ficaria, na qualidade de observador, obrigado a reconhecer na Índia uma imensa coleção de “sociedades” justapostas, quando o que ali percebo é uma grande sociedade diversificada onde o sistema hindu é apenas um dos subsistemas que nela coexistem. [...] estabelecer separação entre o conceito de um “mundo hindu” e o de uma “sociedade indiana”. [...] se lhe é possível renunciar ao “mundo hindu”, não vejo modo pelo qual o possa fazer quanto à “sociedade indiana”.

Entendemos assim a renúncia não como um indivíduo fora da sociedade indiana, mas sim, um indivíduo fora de um subsistema pertencente a essa sociedade. Quando renuncia o indiano não vai para outro país, ele continua na Índia, sujeito aos direitos e deveres daquele governo, o que o torna um indivíduo daquela sociedade.

Essa questão da renúncia encontra opiniões divergentes, pois alguns autores a caracterizam como fora do sistema hindu, mas quando nos aprofundamos no assunto percebemos que os renunciantes continuam sim, fazendo parte deste sistema, pois essa é uma postura aceita e respeitada dentro do sistema. O que ocorre na verdade é a renúncia aos deveres da casta que aquele indiano deveria exercer, mas por estar fora da casta, não irá mais desempenhar.

5. CONCLUSÃO

Com o presente trabalho percebemos que existem grandes diferenças entre a sociedade indiana e as sociedades ocidentais; questões estas, que vão desde a importância e presença da religião no cotidiano da população até a organização e papel da família, estrutura básica de ambas as sociedades.

No Ocidente percebemos que há uma grande preocupação com as posses materiais, aos objetos que podemos possuir. As pessoas passam toda a sua vida acumulando posses, objetos; as sociedades ocidentais estimulam as pessoas a adquirirem cada vez mais, buscarem cada vez mais objetos, riquezas para si. Já na Índia, percebemos que ao âmbito espiritual, a religião, há uma maior dedicação, sendo as posses materiais algo secundário. Todo indiano deverá suprir as necessidades mundanas, como educação, trabalho, constituir família etc., mas ao final, depois de ter a oportunidade de alcançar e realizar as três primeiras metas (*trivargas*), ele deverá se abster de tudo isso para buscar a sua libertação espiritual, *moksha*. E assim, cumprir as quatro metas da vida. O que nem sempre ocorre, pois muitos hindus não conseguem se dedicar a essa nova vida, uma vida regrada e cheia de privações, onde a pessoa terá que se dedicar totalmente a filosofia e meditação.

Em relação às famílias, concluímos que a sua constituição tem objetivos diferentes nas duas sociedades, além da forma, modelo, variar dentro de cada uma. No Ocidente, o modelo de família é tomado como pai, mãe e filhos (uma família nuclear), já na Índia, esse modelo pode tomar uma grande proporção, adicionando tios, primos, sogros, além de parentes mais distantes que poderão, por algum motivo, vir a dividir a mesa casa, tornando-se parte daquela família.

A constituição de uma família na Índia ocorre para agregar dois clãs, além de ter como um objetivo o nascimento de um filho homem (GANS, 1985). A sua função social será a de transmitir para os seus membros a noção de hierarquia, que será extremamente necessária para o sistema de castas, pois este está organizado de forma hierárquica, onde cada membro de uma casta deverá desempenhar o seu papel e funções para manter o sistema harmônico. As relações entre as castas estão totalmente interligadas. Uma depende da outra. Já no Ocidente, a constituição dessa família tem como objetivo a preparação do indivíduo, pois pensam na criação dos filhos, transmitindo-os minimamente uma noção de hierarquia (que não é tão presente quanto na Índia) e ética, pois eles um dia se tornarão indivíduos adultos, que deverão dar continuidade a essa sociedade. Entretanto, esse modelo de família está ameaçado pela

supervalorização do indivíduo ocidental, pois ao mesmo tempo em que ela deverá transmitir uma hierarquia, ela não poderá ser muito rígida de modo que restrinja a individualidade de seus membros; e também não poderá ser insuficientemente hierárquica, correndo o risco de não transmitir os valores necessários.

Outro ponto extremamente importante de diferenciação entre as duas sociedades é a noção de indivíduo. Na Índia, há uma noção coletiva de homem, onde cada pessoa é identificada por sua casta. Naquela sociedade, o que se aproxima da nossa noção de indivíduo é o renunciante, entretanto, há uma diferença crucial: enquanto no Ocidente o indivíduo busca sua liberdade, adquirir posses materiais etc.; o renunciante irá se abster de tudo o que possui, todas os objetos materiais, se dedicando a uma vida de privações com o objetivo de enriquecer o âmbito espiritual, alcançar a sua libertação, finalidade última do homem.

Concluimos assim que as duas sociedades possuem suas especificidades e que não podemos tentar compreender uma enquanto a outra. Precisamos nos abster dos nossos conceitos para poder entender os conceitos do outro. Não podemos nos fechar, tomando-nos como o certo, e sim, tentar compreender o contexto do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Pedro. **Em torno à noção de indivíduo no Homo Hierarchicus de Louis Dumont**. Caderno CRH, Salvador, 1993.
- AGUIAR, Eloísa. **O Adolescente ou O Canto dos Abismos**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2001. Prefácio: Monique Augras (Professora Titular de Psicologia da PUC-Rio).
- CARRIÈRE, Jean-Claude. **Índia: um olhar amoroso**. São Paulo: Ediouro, 2009.
- CHINOY, Ely. **Sociedade - uma introdução à sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- DUARTE, L.F. Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO; RIBEIRO; DUARTE. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.
- DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GANS, Raymond de. **Índia Misteriosa**. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1985.
- LOBATO, Josefina Pimenta. **O Estruturalismo de Lévi-Strauss e o Sistema de Castas Indiano**. Comciencia, Rev. Eletr. Jor. Cient. Unicamp. Disponível em : <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=46&id=544>
- OLIVEIRA, Arilson Silva de. A sacralidade das castas indianas sob um olhar dumontiano. **Antropológicas**, v.19(2), p. 7-34. 2008
- DANIELS, Patrícia; HYSLOP, Sthephen. **Atlas da história do Mundo**. National Geographic, 2004.
- RODRIGUES, J. Carlos. **O Tabu do Corpo**, 3 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- SANTORO, André; SARTORELLI, André Victor. **Os Vedas: um livro aberto**. Superinteressante, jul/2008.
- SARAIVA, José Eduardo Menescal. **Do Individualismo Moderno ao Narcisismo Contemporâneo: a produção da subjetividade na cultura do consumo**. In: SOUZA, Solange Jobim e (org.). **Subjetividade em Questão – a infância como crítica da cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SONAWAT, Reeta. **Understanding Families in India: a reflection of social changes**. Psic.: Teor. e Pesq. vol.17 no.2 Brasília, May/Aug. 2001.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ZIMMER, Heinrich. **Filosofias da Índia**. São Paulo: Palas Athena, 1986.